



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

PRESTAÇÃO DE CONTAS GESTÃO Nº 216/2023 FUNDO DE SAÚDE DE PARANATAMA

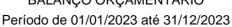
Valdi Pimentel de Gois

Secretário de Saúde



FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANATAMA **PERNAMBUCO**

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO





Unidade Gestora SA

	Unidade Gestora SA	\		Doc Ace
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Prevista Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Documents A. Acesse on 'hu al (c) S =
Receitas Correntes (I)	15.600.560,00	15.600.560,00	8.947.375,86	-6.653.184,14
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.269.060,00	3.269.060,00	208.105,91	-3.06.9.9.54,09
Impostos	3.269.060,00	3.269.060,00	208.105,91	-3.06 . 54,09
Taxas	,	,	,	
Contribuições				mer 3. go
Contribuições Sociais				gitalmente por: LauZ 1 e.pe.gov.br/epp/zglida
Contribuições Econômicas				or: /epj
Receita Patrimonial	30.000,00	30.000,00	61.288,22	34.288,22
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado				IZ P lidal
Valores Mobiliários	30.000,00	30.000,00	61.288,22	TP PA 381.2888,22
Delegação de Serviços Públicos(Concessão, Permissão ou				20 22 22 22 22 22 22 22 22 22 22 22 22 2
Exploração de Recursos Naturais				LO DE LIMA .seam Código
Exploração do Patrimônio Intangível				C6di
Cessão de Direitos				MA Igo
Receita de Serviços	5.000,00	5.000,00		- <u>\$</u> .060,00
Transferências Correntes	12.295.500,00	12.295.500,00	8.677.981,73	-3.61 2 .5 <u>4</u> 8,27
Transferências da União e de suas Entidades	12.295.500,00	12.295.500,00	8.677.981,73	2 64 10 27
Transferências dos Estados, Distrito Federal e suas Entidades	•	,	,	nto:
Transferências dos Municípios e de suas Entidades				93. 93.
Outras Receitas Correntes	1.000,00	1.000,00		-5. SANTE, JOGEO ALMOR PI -5. -1.33578-bdi 742773-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.000,00	1.000,00		-9°.000.00
Demais Receitas Correntes	,	,		bd1
Receitas de Capital (II)	1.422.000,00	1.422.000,00	83.153,00	-1.33 8 .8 5 7.00
Operações de Crédito	,	,	,	Х РІ 473-
Operações de Crédito - Mercado Interno				МЕ :a9:3
Operações de Crédito - Mercado Externo				8 PIMENTEI 473-a93c-a1 (482
Alienação de Bens	6.000,00	6.000,00		- <u>5</u> .000,00
Alienação de Bens Móveis	6.000,00	6.000,00		-8.000,00
Alienação de Bens Imóveis	•	,) 000000000000000000000000000000000000
Amortização de Empréstimos				∞ 52
Transferências de Capital	1.416.000,00	1.416.000,00	83.153,00	-1.332.847,00
Transferências da União e de suas Entidades	1.412.000,00	1.412.000,00	83.153,00	-1.328.847,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e suas Entidades	4.000,00	4.000,00	,	-4.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	,	,		
Outras Receitas de Capital				
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	17.022.560,00	17.022.560,00	9.030.528,86	-7.992.031,14
Operações de Crédito / Refinanciamento (V)			0.000.000,000	
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	17.022.560,00	17.022.560,00	9.030.528,86	-7.992.031,14
Déficit (VII)	17.022.000,00	1.114.152,54	8.708.939,53	7.594.786,99
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	17.022.560,00	18.136.712,54	17.739.468,39	-397.244,15
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados Créditos Adicionais)	17.022.300,00	10.130.712,34	17.733.400,39	-537.244,15
,				
Superávit Financeiro				

Reabertura de Créditos Adicionais

VALDI PIMENTEL DE Assinado de forma digital por VALDI PIMENTEL DE GOIS:78679753491 Dados: 2024.03.26 12:54:44 -03'00'

KARLA THAISA PEIXOTO Assinado de forma digital por KARLA THAISA PEIXOTO KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO:049070674 AGOSTINHO:04907067461 Dados: 2024.03.26 12:52:41 -03'00'

VALDI PIMENTEL DE GOIS

ASSINATURA DO ORDENADOR DA DESPESA

ASSINATURA DO TESOUREIRO

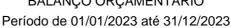
ASSINATURA DO CONTADOR

RUA ROLDÃO GUIMARÃES, 90 - CENTRO - (87) 3787-1144 CEP 55.355-000 - PARANATAMA - PE - CNPJ 11.642.133/0001-88



FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANATAMA **PERNAMBUCO**

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO





Unidade Gestora SA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Salgo pa Dotação (j) =## Ag)
Despesas Correntes (IX)	15.573.000,00	17.710.752,05	17.313.507,90	17.313.507,90	14.859.698,58	397.244,15
Pessoal e Encargos Sociais	9.820.000,00	10.475.190,81	10.143.571,45	10.143.571,45	8.101.700,71	33°,1.619,36
Juros e Encargos da Dívida)igita tce.I
Outras Despesas Correntes	5.753.000,00	7.235.561,24	7.169.936,45	7.169.936,45	6.757.997,87	65. 6 24,79
Despesas de Capital (X)	978.000,00	425.960,49	425.960,49	425.960,49	424.459,54	nte p
Investimentos	978.000,00	425.960,49	425.960,49	425.960,49	424.459,54	oor:]
Inversões Financeiras						LUIZ /vali
Amortização da Dívida						Z PA daD
Reserva de Contingência (XI)						oc.sı
SUBTOTAL DESPESAS (XII) = (IX + X + XI)	16.551.000,00	18.136.712,54	17.739.468,39	17.739.468,39	15.284.158,12	3 97. 244,15
Amortização Dívida Refinanciamento (XIII)						5 4,1 Digita Mente por: LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE, JOSE V. s.tce.p Mov.br/epp/validaDoc.se 37 Código do documento: 9343d8 37 .
Amortização da Dívida Interna						IA C
Dívida Mobiliária						AV.
Outras Dívidas						ALC
Amortização da Dívida Externa						'AN'
Dívida Mobiliária						TE, : 93 ²
Outras Dívidas						JOS 13d8
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIV)=	16.551.000,00	18.136.712,54	17.739.468,39	17.739.468,39	15.284.158,12	397.244,15
Superávit (XV)	471.560,00					ALM bd17.
TOTAL (XVI) = (XIV + XV)	17.022.560,00	18.136.712,54	17.739.468,39	17.739.468,39	15.284.158,12	397.244,15
						73-a93c-a1d08 3 161 % 3
Despesas - Intra-Orçamentárias	702.000,00	1.745.547,67	1.723.659,90	1.723.659,90	932.733,02	2 D 2 . 88 7,77
Despesas Correntes - Intra-Orçamentárias	702.000,00	1.745.547,67	1.723.659,90	1.723.659,90	932.733,02	24 . 9 87,77
Pessoal e Encargos Sociais	702.000,00	1.745.547,67	1.723.659,90	1.723.659,90	932.733,02	21.887,77
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes						
Despesas de Capital - Intra-Orçamentárias						
Investimentos						
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
Reserva de Contingência						
Reserva do RPPS						

VALDI PIMENTEL DE Assinado de forma digital por VALDI PIMENTEL DE GOIS:78679753491 Dados: 2024.03.26 12:55:13 -03'00'

KARLA THAISA PEIXOTO
AGOSTINHO:049070674
61
Assinado de forma digital por KARLA THAISA PEIXOTO
AGOSTINHO:04907067461
Dados: 2024.03.26 12:53:13 -03'00'

VALDI PIMENTEL DE GOIS

ASSINATURA DO ORDENADOR DA DESPESA

ASSINATURA DO TESOUREIRO

ASSINATURA DO CONTADOR

RUA ROLDÃO GUIMARÃES, 90 - CENTRO - (87) 3787-1144 CEP 55.355-000 - PARANATAMA - PE - CNPJ 11.642.133/0001-88

Apresentação



Apresenta	ção	•
		e e os os es de P):
As Demonstrações	s Contábeis Consolidadas do Município (DCON) contemplam a execução	е
a análisedos Orcament	os Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas tanto nos Balanç	os
•	rio e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Flux	ns
· •		.03
·	es do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil E-Pública, como n	
espectivas Notas Explic	cativas. Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstraçõ	es
contábeis foram obedec	idos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidad	de
CFC) através das seguin	tes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASI	P):
,	, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	,
NBC TSP ESTRUTURA	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de	
CONCEITUAL	Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público	
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação	
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação	
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	
NBC TSP 04	Estoques	
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente	
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento	
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado	
NBC TSP 08	Ativo Intangível	
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa	
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa	
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis	
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público	

Setor Público 7º Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do "Conta \dot{s} " Anuais" disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 - Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 - Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 10 – Contabilização de Consórcios Públicos; 11 - Contabilização de retenções; 12 - Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 13 - Contabilização de cessão de direitos creditórios; 14 - Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 15 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo X, XI, XII, XIII, XIV e XV da Resolução TCE-PE nº 189/2022, bem como foram criados "novos" demonstrativos exigidos pelo Anexo I como por exemplo: o demonstrativo da dívida flutuante (Anexo e o demonstrativo dos recursos vinculados a saúde e educação (Anexo XVIII), dentre outros.

Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes Balanço Orçamentário.

VALDI PIMENTEL DE Assinado de forma digital por VALDI PIMENTEL DE GOIS:78679753491 Dados: 2024.03.26 12:56:18 -03'00'

VALDI PIMENTEL DE GOIS

SECRETÁRIO DE SAÚDE

a) Informações Gerais:



Nome do órgão ou entidade:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANATAMA

Natureza jurídica (conforme código da RFB):

124-4 - Município.

CNPJ 11.642.133/0001-88

Domicílio do órgão ou entidade:

PRACA JOÃO CORREIA DE ASSIS, 4 - CENTRO. CEP 55.355-000- PARANATAMA - PE

Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124- 4 "Município" possui como atividade principal "a administração pública geralis. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A população estimada pelo IBGE é de 11.608 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 0,6.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Estabalanço contábil foielaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manua de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7º Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação as normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração de consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

Dados do gestor:

Nome: VALDI PIMENTEL DE GOIS

Cargo: SECRETÁRIO CPF: 786.797.534-91.

Período de gestão: 01/01/2023 a 31/12/2023

Dados do contador da Prefeitura e demais Fundos responsável pelos aspectos formais das

demonstrações contábeis, consolidação e elaboração das notas explicativas: Nome: KARLA THAISA PEIXOTO AGOSTINHO CONTADORA CRC-PE 029272/O-9

Dados do Controlador Geral do Município:

Nome: Victor Leonardo Resende Bezerra - CPF: 703.565.814-40 - RG: 8.874.088 -

victorleonardo1611@hotmail.com

Nome do Software de Contabilidade utilizado no município:

TIN – Tecnologia da informação em Nuvens: e-CONTP

Endereço eletrônico do Portal da Transparência:

http://www.paranatama.pe.gov.br/transparencia



B) RESUMO DAS POÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

- **b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:** Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 9ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TC nº 216/2023trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.
- **b.2. Resumo das políticas contábeis significativas:** Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TC nº 216/2023 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente. b.2.Bases de mensuração utilizadas: Quanto ao sistema orçamentário de acordo com o art. 35 da Lei nº 4.320/65 e NBCASP será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas. Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:
- **b.2.1 O caixa e equivalente de caixa:** Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo "F" de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.
 - **b.2.2 Créditos a curto prazo:** Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.
 - **b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo:** São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.
 - **b.2.4 Estoques:** Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.
- **b.2.5** Ajuste para perdas dos créditos tributários: Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2023, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2023, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.
- **b.2.6 Imobilizado:** O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção



ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

- **b.2.7 Intangível:** Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidoscom essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.
- **b.2.8** Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão: Os procedimentos pararegistro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.
- **b.2.9 Passivo circulante e não circulante:** As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.
- **b.2.10 Empréstimos e financiamentos:** Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observandose os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.
- **b.2.11 Provisões:** As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio dePrevidência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.
- b.2.12 Apuração do resultado: No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.
- **b.3.Novas normas e políticas contábeis alteradas:** Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.
- **b.4.Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:** Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.



cesse em:

C) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEISATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS

D) c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Prevista Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo be g
Receitas Correntes (I)	15.600.560,00	15.600.560,00	8.947.375,86	-6.653.19424
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.269.060,00	3.269.060,00	208.105,91	-3.060.9 5 4 <u>.</u> 09
Impostos	3.269.060,00	3.269.060,00	208.105,91	-3.060.964,29
Taxas				.T.
Contribuições				ž <u>a</u> i. Gr
Contribuições Sociais				99999999999999999999999999999999999999
Contribuições Econômicas				D _o
Receita Patrimonial	30.000,00	30.000,00	61.288,22	31.288, 2 2
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado				O I
Valores Mobiliários	30.000,00	30.000,00	61.288,22	31.288 ±2
Delegação de Serviços Públicos(Concessão, Permissão ou				LIMA
Exploração de Recursos Naturais				LIMA %digo
Exploração do Patrimônio Intangível				
Cessão de Direitos				0. ₽
Receita de Serviços	5.000,00	5.000,00		-5.000,50
Transferências Correntes	12.295.500,00	12.295.500,00	8.677.981,73	-3.617.538,27
Transferências da União e de suas Entidades	12.295.500,00	12.295.500,00	8.677.981,73	-3.617.538,27
Transferências dos Estados, Distrito Federal e suas Entidades				NTE, to: 93
Transferências dos Municípios e de suas Entidades				93. E,
Outras Receitas Correntes	1.000,00	1.000,00		-1.0 0 0. 0 0
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.000,00	1.000,00		-1.0 <mark>@</mark> 0∰0
Demais Receitas Correntes				8
Receitas de Capital (II)	1.422.000,00	1.422.000,00	83.153,00	-1.338.8 2 7,00
Operações de Crédito				MIR PI 17-4d73-
Operações de Crédito - Mercado Interno				4d R
Operações de Crédito - Mercado Externo				73-a
Alienação de Bens	6.000,00	6.000,00		-6.0go A o
Alienação de Bens Móveis	6.000,00	6.000,00		-6.00a1d08:
Alienação de Bens Imóveis				ı1d
Amortização de Empréstimos				08. D
Transferências de Capital	1.416.000,00	1.416.000,00	83.153,00	-1.332.847,00
Transferências da União e de suas Entidades	1.412.000,00	1.412.000,00	83.153,00	-1.328.8 <u>4</u> 7,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e suas Entidades	4.000,00	4.000,00		-4.0 0 0.00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades				
Outras Receitas de Capital				
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	17.022.560,00	17.022.560,00	9.030.528,86	-7.992.031,14

Nota 1) RECEITA CORRENTE: A previsão de arrecadação de receitas corrente da entidade para o exercício de 2023 foi de R\$ 15.600.560,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 8.947.375,86, o que representa um deficit de arrecadação corrente de R\$ 6.653.184,14.

Nota 2) RECEITA DE CAPITAL: A previsão de arrecadação de receitas de capital foi de R\$ 1.422.000,00. Foi arrecadado R\$ 83.153,00, o que representa um deficit de arrecadação de capital de R\$ -1.338.847,00.

Nota 3) TOTAL DAS RECEITAS: O total de receitas previstas para o exercício de 2023 conforme Lei Orçamentária Anual foi de R\$ 17.022.560,00, sendo arrecadado o valor de R\$ 9.030.528,86, o que gerou superavit de arrecadação de R\$ - 7.992.031,14.



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da e em: http://disable.com/files/fi
Despesas Correntes (IX)	15.573.000,00	17.710.752,05	17.313.507,90	17.313.507,90	14.859.698,58	397.244, 15
Pessoal e Encargos Sociais	9.820.000,00	10.475.190,81	10.143.571,45	10.143.571,45	8.101.700,71	331.619,86
Juros e Encargos da Dívida						tce.
Outras Despesas Correntes	5.753.000,00	7.235.561,24	7.169.936,45	7.169.936,45	6.757.997,87	65.624.79
Despesas de Capital (X)	978.000,00	425.960,49	425.960,49	425.960,49	424.459,54	d.vc
Investimentos	978.000,00	425.960,49	425.960,49	425.960,49	424.459,54	ov.br/epp/
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						idaI
Reserva de Contingência (XI)						validaDoc.s
SUBTOTAL DESPESAS (XII) = (IX + X + XI)	16.551.000,00	18.136.712,54	17.739.468,39	17.739.468,39	15.284.158,12	397.244,≝5

Nota 4) DESPESAS CORRENTES: As despesas correntes fixadas para o exercício de 2023 foram de R\$ 15.573.000,000, \$\int\{ \bar{\text{Nota 4}}\} \rightarrow \text{atualizada pelos créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 15.573.000,000, o qual serviu de base para o empenhamento \$\text{Nota 4}\} no valor de R\$ 17.313.507,90. As liquidações totalizaram R\$ 17.313.507,90, sendo pagos o montante de \$\text{R\$\$ \frac{1}{2} \text{Nota 4}\$ \frac{1}{2} \text{Nota 5}\$ \tex

Nota 5) DESPESAS DE CAPITAL: As despesas de capital fixadas somam R\$ 978.000,00, atualizada pelos créditos tendos se o valor de R\$ 425.960,49, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 425.960,49. As liquidações \$\frac{1}{25} \frac{1}{25}\$ totalizaram R\$ 425.960,49, sendo pagos o montante de R\$ 424.459,54, restando de economia orçamentária de capital \$\frac{1}{25}\$ \frac{1}{25}\$ no valor de R\$ 0,00.

Nota 6) TOTAL DAS DESPESAS: A despesa total autorizada foi de R\$ 16.551.000,00, atualizando os créditos tem-sez o valor de R\$ 18.136.712,54. O valor total empenhado foi de R\$ 17.739.468,39, o liquidado R\$ 17.739.468,39 e o pago R\$ 15.284.158,12. A economia orçamentária foi de R\$ 397.244,15.

e)Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias em quadros complementares seguindo omodelo do Balanço Orçamentário aprovado pela STN:

Nota 7) RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIAS: A previsão de arrecadação de receitas intra- orçamentárias da entidade para o exercício de 2023 foi de R\$ 0,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 0,00, o que representa um superávit de arrecadação corrente de R\$ 0,00.

Nota 8) TOTAL DAS DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS: A despesa total autorizada foi de R\$ 702.000,00, atualizando os créditos tem-se o valor de R\$ 1.745.547,67. O valor total empenhado foi de R\$ 1.723.659,90, o liquidado R\$ 1.723.659,90 e o pago R\$ 932.733,02. A economia orçamentária foi de R\$ 21.887,77.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Despesas - Intra-Orçamentárias	702.000,00	1.745.547,67	1.723.659,90	1.723.659,90	932.733,02	21.887,77
Despesas Correntes - Intra-Orçamentárias	702.000,00	1.745.547,67	1.723.659,90	1.723.659,90	932.733,02	21.887,77
Pessoal e Encargos Sociais	702.000,00	1.745.547,67	1.723.659,90	1.723.659,90	932.733,02	21.887,77
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes						
Despesas de Capital - Intra-Orçamentárias						
Investimentos						
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
Reserva de Contingência						
Reserva do RPPS						



D. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Os ativos e	nado Di s://etce.t
passivos	Digitalmente e.tce.pe.gov.b
contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de	nte por: v.br/epp
controle dos atos potenciais ativos e passivos.	por: LUIZ PA br/epp/validaD
d.2.Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.	AULO DI oc.seam
d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário	LIMA Código
sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há	CAVAI do docu
registro de eventos que possamafetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho	LCANTE, mento: 93
futuro das operações da entidade.	E, JOSE \ 9343d858
d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não há o que registrar quanto a	VALM
este demonstrativo	IR PIMEN 4d73-a93c
	ĊΖ

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAN DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2023

DISTORIVEIST ANA 030 INIEDIATOTON NESTRIÇOES	ELGAIS OF CONTROLL CAMBIAL.
Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2023
R\$ 0,00	R\$ 0,00

INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DECAIXA:

SALDO EM 31/12/2022	SALDO EM 31/12/2023
0,00	0,00

F. AJUSTES DECORRENTES DE RETENÇÕES:

f.1. Ajustes decorrentes de retenções:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupoextraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.



216/2023 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

g.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reserva de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagarsão evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e não processados liquidados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar não processados constando: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo, demonstra em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

> VAI DI PIMENTEL DE Assinado de forma digital por VALC PIMENTEL DE GOIS:78679753491 Dados: 2024.03.26 12:57:10 - 03'00'

> > VALDI PIMENTEL DE GOIS Secretário de Saúde

KARLA THAISA PEIXOTO Assinado de forma digital por AGOSTINHO:049070674 KARLA THAISA PEIXOTO 161 Dados: 2024.03.26 12:54:01 -03'00'





BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

PRESTAÇÃO DE CONTAS GESTÃOO Nº 216/2023 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PARANATAMA

Ednaldo Fabiano dos Santos

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DE PARANATAMA



FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PARANATAMA PERNAMBUCO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO



Período de 01/01/2023 até 31/12/2023

Unidade Gestora ED

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Prevista Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	ocuments) As cesse to m' http S = C
Receitas Correntes (I)	4.766.060,00	4.766.060,00	18.054.875,46	13.28 . 8 5,46
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.269.060,00	3.269.060,00	53.362,99	-3.21% . 697,01
Impostos	3.269.060,00	3.269.060,00	53.362,99	-3.21\$5.6 2 7,01
Taxas				italr).pe.
Contribuições				neni .gov
Contribuições Sociais				te p
Contribuições Econômicas				3.2. 17,01 3.2. 17,01 3.3. 17,01 3.4. 17,01 3.5. 17,01 3.6. 17,01 3.6. 17,01 3.7. 1
Receita Patrimonial	19.000,00	19.000,00	49.420,72	3 <u>6</u> 2,4 <u>2</u> 0,72
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado				Z P.
Valores Mobiliários	19.000,00	19.000,00	49.420,72	30.42€0,72
Delegação de Serviços Públicos(Concessão, Permissão ou				CO]
Exploração de Recursos Naturais				DE:
Exploração do Patrimônio Intangível				odi;
Cessão de Direitos				go d
Receita de Serviços				CAV o do
Transferências Correntes	1.477.000,00	1.477.000,00	17.952.091,75	16.47ॾॖॕ.0॓≥े1,75
Transferências da União e de suas Entidades	1.471.000,00	1.471.000,00	4.087.300,94	
Transferências dos Estados, Distrito Federal e suas Entidades	6.000,00	6.000,00		. €6€0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades				E, J 9343
Outras Receitas Correntes	1.000,00	1.000,00		≨ . 6 60,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.000,00	1.000,00		100,0000000000000000000000000000000000
Demais Receitas Correntes				ALN d17
Receitas de Capital (II)	962.000,00	962.000,00		-96 <u>₽</u> .∰0,00
Operações de Crédito				PIN 73-:
Operações de Crédito - Mercado Interno				ME)
Operações de Crédito - Mercado Externo				YTE
Alienação de Bens	6.000,00	6.000,00		<u>-</u> <u>\$</u> .6000,00
Alienação de Bens Móveis	6.000,00	6.000,00		- €.0₹0,00
Alienação de Bens Imóveis				QQQQQQQQQQQQQQQQQQQQQQQQQQQQQQQQQQQQQ
Amortização de Empréstimos				∞ <i>0</i> ₁
Transferências de Capital	956.000,00	956.000,00		-956.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	952.000,00	952.000,00		-952.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e suas Entidades	4.000,00	4.000,00		-4.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades				
Outras Receitas de Capital				
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	5.728.060,00	5.728.060,00	18.054.875,46	12.326.815,46
Operações de Crédito / Refinanciamento (V)				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	5.728.060,00	5.728.060,00	18.054.875,46	12.326.815,46
Déficit (VII)	16.457.940,00	18.103.840,00	5.767.727,50	-12.336.112,50
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	22.186.000,00	23.831.900,00	23.822.602,96	-9.297,04
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados Créditos Adicionais)				
Superávit Financeiro				

Superávit Financeiro

Reabertura de Créditos Adicionais

EDNALDO FABIANO DOS SANTOS

LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE

ASSINATURA DO ORDENADOR DA DESPESA

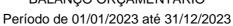
ASSINATURA DO TESOUREIRO

ASSINATURA DO CONTADOR



FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PARANATAMA PERNAMBUCO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO





Unidade Gestora ED

Dotação Inicial (e) Otação Inicial (h) Despesas Empenhadas (h) Despesas Empenhadas (h) Despesas Empenhadas (h) Otação (h)						ces	
Pessoal e Encargos Sociais 17.075.000,00 18.381.094,91 18.378.851,92 17.418.710,67 Juros e Encargos da Dívida Outras Despesas Correntes 4.873.000,00 5.346.558,11 5.340.336,32 5.340.336,32 4.829.394,61 Despesas de Capital (X) 238.000,00 104.246,98 103.414,72 103.414,72 103.414,72 Investimentos 238.000,00 104.246,98 103.414,72 103.414,72 103.414,72 Inversões Financeiras Amortização da Dívida Reserva de Contingência (XI) SUBTOTAL DESPESAS (XII) = (IX + X + XI) 22.186.000,00 23.831.900,00 23.822.602,96 23.822.602,96 22.351.520,00 Amortização da Dívida Interna Dívida Mobiliária Outras Dívidas Amortização da Dívida Externa Dívida Mobiliária Outras Dívidas SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIV)= 22.186.000,00 23.831.900,00 23.822.602,96 23.822.602,96 22.351.520,00 Superávit (XV) TOTAL (XVI) = (XIV + XV) 22.186.000,00 23.831.900,00 23.822.602,96 23.822.602,96 22.351.520,00 Superávit (XV) Despesas - Intra-Orçamentárias 3.226.000,00 2.428.437,69 2.428.437,69 2.428.437,69 2.265.903,99 Despesas Correntes - Intra-Orçamentárias 3.226.000,00 2.428.437,69 2.428.437,69 2.428.437,69 2.265.903,99 2.265.903,99	ESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Inicial	Atualizada	Empenhadas	Liquidadas	Pagas	Salogo Pa Dotação (j) = # (s)
Juros e Encargos da Dívida Outras Despesas Correntes	s Correntes (IX)	21.948.000,00	23.727.653,02	23.719.188,24	23.719.188,24	22.248.105,28	
Outras Despesas Correntes 4.873.000,00 5.346.558,11 5.340.336,32 5.340.336,32 4.829.394,61 Despesas de Capital (X) 238.000,00 104.246,98 103.414,72 103.41	e Encargos Sociais	17.075.000,00	18.381.094,91	18.378.851,92	18.378.851,92	17.418.710,67	70.404,7 62. 2 42,9
Despesas de Capital (X) 238.000,00 104.246,98 103.414,72 103.414,72 103.414,72 Investimentos 238.000,00 104.246,98 103.414,72 103.414,72 103.414,72 103.414,72 Investimentos 238.000,00 104.246,98 103.414,72 103.414,72 103.414,72 103.414,72 Inversões Financeiras Amortização da Dívida Reserva de Contingência (XI) SUBTOTAL DESPESAS (XII) = (IX + X + XI) 22.186.000,00 23.831.900,00 23.822.602,96 23.822.602,96 22.351.520,00 Amortização da Dívida Refinanciamento (XIII) Amortização da Dívida Interna Dívida Mobiliária Outras Dívidas Amortização da Dívida Externa Dívida Mobiliária Outras Dívidas SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIV) = 22.186.000,00 23.831.900,00 23.822.602,96 23.822.602,96 22.351.520,00 Superávit (XV) TOTAL (XVI) = (XIV + XV) 22.186.000,00 23.831.900,00 23.822.602,96 23.822.602,96 22.351.520,00 Despesas - Intra-Orçamentárias 3.226.000,00 2.428.437,69 2.428.437,69 2.428.437,69 2.265.903,99 Despesas Correntes - Intra-Orçamentárias 3.226.000,00 2.428.437,69 2.428.437,69 2.428.437,69 2.265.903,99	Encargos da Dívida)igit .tce.j
Investimentos 238.000,00 104.246,98 103.414,72 103.414,72 103.414,72 Inversões Financeiras Amortização da Dívida Reserva de Contingência (XI) SUBTOTAL DESPESAS (XII) = (IX + X + XI) 22.186.000,00 23.831.900,00 23.822.602,96 23.822.602,96 22.351.520,00 Amortização da Dívida Refinanciamento (XIII) Amortização da Dívida Interna Dívida Mobiliária Outras Dívidas Amortização da Dívida Externa Dívida Mobiliária Outras Dívidas SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIV)= 22.186.000,00 23.831.900,00 23.822.602,96 23.822.602,96 22.351.520,00 Superávit (XV) TOTAL (XVI) = (XIV + XV) 22.186.000,00 23.831.900,00 23.822.602,96 23.822.602,96 22.351.520,00 Superávit (XV) Despesas - Intra-Orçamentárias 3.226.000,00 2.428.437,69 2.428.437,69 2.428.437,69 2.428.437,69 2.265.903,99 Despesas Correntes - Intra-Orçamentárias 3.226.000,00 2.428.437,69 2.428.437,69 2.428.437,69 2.265.903,99	Despesas Correntes	4.873.000,00	5.346.558,11	5.340.336,32	5.340.336,32	4.829.394,61	Digitalogic e.tce.pe.go
Inversões Financeiras Amortização da Dívida Reserva de Contingência (XI) SUBTOTAL DESPESAS (XII) = (IX + X + XI)	s de Capital (X)	238.000,00	104.246,98	103.414,72	103.414,72	103.414,72	<u>5</u> 8 32,2
Amortização da Dívida Reserva de Contingência (XI) SUBTOTAL DESPESAS (XII) = (IX + X + XI)	nentos	238.000,00	104.246,98	103.414,72	103.414,72	103.414,72	g <u>8</u> 32,2
Reserva de Contingência (XI) SUBTOTAL DESPESAS (XII) = (IX + X + XI)	es Financeiras						LUE /vali
SUBTOTAL DESPESAS (XII) = (IX + X + XI)	ação da Dívida						Z PA ldaD
Amortização Dívida Refinanciamento (XIII) Amortização da Dívida Interna Dívida Mobiliária Outras Dívidas Amortização da Dívida Externa Dívida Mobiliária Outras Dívidas SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIV)= 22.186.000,00 23.831.900,00 23.822.602,96 23.822.602,96 22.351.520,00 Superávit (XV) TOTAL (XVI) = (XIV + XV) 22.186.000,00 23.831.900,00 23.822.602,96 23.822.602,96 22.351.520,00 Despesas - Intra-Orçamentárias 3.226.000,00 2.428.437,69 2.428.437,69 2.428.437,69 2.265.903,99 Despesas Correntes - Intra-Orçamentárias 3.226.000,00 2.428.437,69 2.428.437,69 2.428.437,69 2.265.903,99	de Contingência (XI)						oc.s
Amortização da Dívida Interna Dívida Mobiliária Outras Dívidas Amortização da Dívida Externa Dívida Mobiliária Outras Dívidas SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIV)= 22.186.000,00 23.831.900,00 23.822.602,96 23.822.602,96 22.351.520,00 Superávit (XV) TOTAL (XVI) = (XIV + XV) 22.186.000,00 23.831.900,00 23.822.602,96 23.822.602,96 22.351.520,00 Despesas - Intra-Orçamentárias 3.226.000,00 2.428.437,69 2.428.437,69 2.428.437,69 2.265.903,99 Despesas Correntes - Intra-Orçamentárias 3.226.000,00 2.428.437,69 2.428.437,69 2.428.437,69 2.265.903,99	AL DESPESAS (XII) = (IX + X + XI)	22.186.000,00	23.831.900,00	23.822.602,96	23.822.602,96	22.351.520,00	∰9. 2 97,0
Dívida Mobiliária Outras Dívidas Amortização da Dívida Externa Dívida Mobiliária Outras Dívidas SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIV)= 22.186.000,00 23.831.900,00 23.822.602,96 23.822.602,96 22.351.520,00 Superávit (XV) TOTAL (XVI) = (XIV + XV) 22.186.000,00 23.831.900,00 23.822.602,96 23.822.602,96 22.351.520,00 Despesas - Intra-Orçamentárias 3.226.000,00 2.428.437,69 2.428.437,69 2.428.437,69 2.265.903,99 Despesas Correntes - Intra-Orçamentárias 3.226.000,00 2.428.437,69 2.428.437,69 2.428.437,69 2.265.903,99	ção Dívida Refinanciamento (XIII)						E LII Cód
Outras Dívidas Amortização da Dívida Externa Dívida Mobiliária Outras Dívidas SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIV)= 22.186.000,00 23.831.900,00 23.822.602,96 23.822.602,96 22.351.520,00 Superávit (XV) TOTAL (XVI) = (XIV + XV) 22.186.000,00 23.831.900,00 23.822.602,96 23.822.602,96 22.351.520,00 Despesas - Intra-Orçamentárias 3.226.000,00 2.428.437,69 2.428.437,69 2.428.437,69 2.265.903,99 Despesas Correntes - Intra-Orçamentárias 3.226.000,00 2.428.437,69 2.428.437,69 2.428.437,69 2.265.903,99	ıção da Dívida Interna						MA igo c
Amortização da Dívida Externa Dívida Mobiliária Outras Dívidas SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIV)= 22.186.000,00 23.831.900,00 23.822.602,96 23.822.602,96 22.351.520,00 Superávit (XV) TOTAL (XVI) = (XIV + XV) 22.186.000,00 23.831.900,00 23.822.602,96 23.822.602,96 22.351.520,00 Despesas - Intra-Orçamentárias 3.226.000,00 2.428.437,69 2.428.437,69 2.428.437,69 2.265.903,99 Despesas Correntes - Intra-Orçamentárias 3.226.000,00 2.428.437,69 2.428.437,69 2.428.437,69 2.265.903,99	Mobiliária						CAV do do
Dívida Mobiliária Outras Dívidas SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIV)= 22.186.000,00 23.831.900,00 23.822.602,96 23.822.602,96 22.351.520,00 Superávit (XV) TOTAL (XVI) = (XIV + XV) 22.186.000,00 23.831.900,00 23.822.602,96 23.822.602,96 22.351.520,00 Despesas - Intra-Orçamentárias 3.226.000,00 2.428.437,69 2.428.437,69 2.428.437,69 2.265.903,99 Despesas Correntes - Intra-Orçamentárias 3.226.000,00 2.428.437,69 2.428.437,69 2.428.437,69 2.265.903,99	Dívidas						/AL
Outras Dívidas SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIV)= 22.186.000,00 23.831.900,00 23.822.602,96 23.822.602,96 22.351.520,00 Superávit (XV) TOTAL (XVI) = (XIV + XV) 22.186.000,00 23.831.900,00 23.822.602,96 23.822.602,96 22.351.520,00 Despesas - Intra-Orçamentárias 3.226.000,00 2.428.437,69 2.428.437,69 2.428.437,69 2.265.903,99 Despesas Correntes - Intra-Orçamentárias 3.226.000,00 2.428.437,69 2.428.437,69 2.428.437,69 2.265.903,99	ıção da Dívida Externa						CAN
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIV)= 22.186.000,00 23.831.900,00 23.822.602,96 23.822.602,96 22.351.520,00 Superávit (XV) TOTAL (XVI) = (XIV + XV) 22.186.000,00 23.831.900,00 23.822.602,96 23.822.602,96 22.351.520,00 Despesas - Intra-Orçamentárias 3.226.000,00 2.428.437,69 2.428.437,69 2.428.437,69 2.265.903,99 Despesas Correntes - Intra-Orçamentárias 3.226.000,00 2.428.437,69 2.428.437,69 2.428.437,69 2.265.903,99	Mobiliária						TE,
Superávit (XV) TOTAL (XVI) = (XIV + XV) 22.186.000,00 23.831.900,00 23.822.602,96 23.822.602,96 22.351.520,00 Despesas - Intra-Orçamentárias 3.226.000,00 2.428.437,69 2.428.437,69 2.428.437,69 2.265.903,99 Despesas Correntes - Intra-Orçamentárias 3.226.000,00 2.428.437,69 2.428.437,69 2.428.437,69 2.265.903,99	Dívidas						JOS 43d8
TOTAL (XVI) = (XIV + XV) 22.186.000,00 23.831.900,00 23.822.602,96 23.822.602,96 22.351.520,00 Despesas - Intra-Orçamentárias 3.226.000,00 2.428.437,69 2.428.437,69 2.428.437,69 2.265.903,99 Despesas Correntes - Intra-Orçamentárias 3.226.000,00 2.428.437,69 2.428.437,69 2.428.437,69 2.265.903,99	AL COM REFINANCIAMENTO (XIV)=	22.186.000,00	23.831.900,00	23.822.602,96	23.822.602,96	22.351.520,00	₹9. 2 97,0
Despesas - Intra-Orçamentárias 3.226.000,00 2.428.437,69 2.428.437,69 2.428.437,69 2.265.903,99 Despesas Correntes - Intra-Orçamentárias 3.226.000,00 2.428.437,69 2.428.437,69 2.428.437,69 2.265.903,99	t (XV)						ALN od17
Despesas Correntes - Intra-Orçamentárias 3.226.000,00 2.428.437,69 2.428.437,69 2.428.437,69 2.265.903,99	XVI) = (XIV + XV)	22.186.000,00	23.831.900,00	23.822.602,96	23.822.602,96	22.351.520,00	₹9.₹97,0
Despesas Correntes - Intra-Orçamentárias 3.226.000,00 2.428.437,69 2.428.437,69 2.428.437,69 2.265.903,99							Jigita Rien 80 pos: LUIZ PAULOS LIMA CAVALCANTE, JOSEVALME PIMENTEL DE GOIS .tee.pegov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 9343d858-bd17-2073-a93c-a1d082c611c8
	s - Intra-Orçamentárias	3.226.000,00	2.428.437,69	2.428.437,69	2.428.437,69	2.265.903,99)E G 2c61
Pessoal e Encargos Sociais 3.226.000,00 2.428.437,69 2.428.437,69 2.428.437,69 2.265.903,99	s Correntes - Intra-Orçamentárias	3.226.000,00	2.428.437,69	2.428.437,69	2.428.437,69	2.265.903,99	OIS 1c8
	e Encargos Sociais	3.226.000,00	2.428.437,69	2.428.437,69	2.428.437,69	2.265.903,99	
Juros e Encargos da Dívida	Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	Despesas Correntes						
Despesas de Capital - Intra-Orçamentárias	s de Capital - Intra-Orçamentárias						
Investimentos	nentos						
Inversões Financeiras	es Financeiras						
Amortização da Dívida	ação da Dívida						
Reserva de Contingência	de Contingência						
	do RPPS						

EDNALDO FABIANO DOS SANTOS

LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE

ASSINATURA DO ORDENADOR DA DESPESA

ASSINATURA DO TESOUREIRO

ASSINATURA DO CONTADOR

PRAÇA JOÃO CORREIA DE ASSIS, 4 - CENTRO - (87) 3787-1144 CEP 55.355-000 - PARANATAMA - PE - CNPJ 30.617.473/0001-01

www.tin.net.br Página 1 d

Apresentação



Apresenta	s Contábeis Consolidadas do Município (DCON) contemplam a execução dos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas tanto nos Balançario e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxas do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil E-Pública, como no cativas. Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações idos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidad tes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASFI) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público Receita de Transação sem Contraprestação Receita de Transação com Contraprestação Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes Estoques Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente Propriedade para Investimento Ativo Intangível Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa Consolidação das Demonstrações Contábeis Sistema de Informação de Custos do Setor Público	Per
As Demonstrações	s Contábeis Consolidadas do Município (DCON) contemplam a execução	e
análisedos Orcament	os Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas tanto nos Balanço	os
Patrimonial Orcamentá	rio e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxo	00
atriinomai, Orçamenta	Tio e i manceno, nas bemonstrações das variações i atrimoniais, dos ridad	U3
ie Caixa e das Mutaçõe	es do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil E-Pública, como n	as
espectivas Notas Explic	cativas. Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstraçõ	es
contábeis foram obedec	idos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidad	de
CFC) através das seguin	tes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASF	P):
	(· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	,-
NBC TSP ESTRUTURA	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de	
CONCEITUAL	Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público	
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação	
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação	
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	
NBC TSP 04	Estoques	
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente	
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento	
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado	
NBC TSP 08	Ativo Intangível	
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa	
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa	
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis	
	Cistoma de Informação de Custos de Cotor Dúblico	

Setor Público 7º Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo d consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do "Contas" Anuais" disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 - Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 - Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 - Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 10 – Contabilização de Consórcios Públicos; 11 - Contabilização de retenções; 12 - Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 13 - Contabilização de cessão de direitos creditórios; 14 - Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 15 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo X, XI, XII, XIII, XIV e XV da Resolução TCE-PE nº 189/2022, bem como foram criados "novos" demonstrativos exigidos pelo Anexo I como por exemplo: o demonstrativo da dívida flutuante (Anexo e o demonstrativo dos recursos vinculados a saúde e educação (Anexo XVIII), dentre outros.

Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes Balanço Orçamentário.

EDNALDO FABIANO DOS SANTOS

Secretário de Educação

a) Informações Gerais:



Nome do órgão ou entidade:

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PARANATAMA

Natureza jurídica (conforme código da RFB):

124-4 - Município.

CNPJ 30.617.473/0001-01

Domicílio do órgão ou entidade:

PRACA JOÃO CORREIA DE ASSIS, 4 - CENTRO. CEP 55.355-000- PARANATAMA - PE

Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal de Brasil através do código 124- 4 "Município" possui como atividade principal "a administração pública geral". Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de sua operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A população estimada pelo IBGE é de 11.608 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 0,6.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Estabalanço contábil foielaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manua de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7º Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação as normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração de consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

Dados do gestor (Prefeito do Município):

Nome: JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS.

Cargo: Prefeito.

Período de gestão: 01/01/2022 a 31/12/2022

DADOS DO GESTOR DO FUNDO: NOME: EDNALDO FABIANO DOS SANTOS

Dados do contador da Prefeitura e demais Fundos responsável pelos aspectos formais das

demonstrações contábeis, consolidação e elaboração das notas explicativas:

Nome: Luiz Paulo de Lima Cavalcante - CRC-PE 018.791-O - CPF: 007.915.494-88 - lplc.contabil@gmail.com

Dados do Controlador Geral do Município:

Nome: Victor Leonardo Resende Bezerra - CPF: 703.565.814-40 - RG: 8.874.088 -

victorleonardo1611@hotmail.com

Nome do Software de Contabilidade utilizado no município:

TIN – Tecnologia da informação em Nuvens : e-CONTP

Endereco eletrônico do Portal da Transparência:

http://www.paranatama.pe.gov.br/transparencia



B) RESUMO DAS POÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

- b.1. Resumo das políticas contábeis significativas: Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 9ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TC nº189/2022 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.
- b.2. Resumo das políticas contábeis significativas: Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7º Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TC nº 216/2023 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente. b.2.Bases de mensuração utilizadas: Quanto ao sistema orçamentário de acordo com o art. 35 da Lei nº 4.320/65 e NBCASP será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas. Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:
- **b.2.1** O caixa e equivalente de caixa: Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo "F" de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.
- **b.2.2 Créditos a curto prazo:** Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.
- **b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo:** São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.
- **b.2.4 Estoques:** Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.
- **b.2.5** Ajuste para perdas dos créditos tributários: Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2023, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2023, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.
- **b.2.6 Imobilizado:** O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção



ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

- **b.2.7 Intangível:** Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidoscom essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.
- **b.2.8** Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão: Os procedimentos pararegistro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.
- **b.2.9 Passivo circulante e não circulante:** As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.
- **b.2.10 Empréstimos e financiamentos:** Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observandose os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.
- **b.2.11 Provisões:** As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio dePrevidência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.
- **b.2.12** Apuração do resultado: No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.
- **b.3.Novas normas e políticas contábeis alteradas:** Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.
- **b.4.Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:** Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.



cesse em:

C) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEISATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS

D) c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Prevista Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo d = (c - b)
Receitas Correntes (I)	4.766.060,00	4.766.060,00	18.054.875,46	13.288.815,4
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.269.060,00	3.269.060,00	53.362,99	-3.215.697,0
Impostos	3.269.060,00	3.269.060,00	53.362,99	-3.215.697,0
Taxas				٠- بر
Contribuições				
Contribuições Sociais				
Contribuições Econômicas				
Receita Patrimonial	19.000,00	19.000,00	49.420,72	30.420,7
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado				
Valores Mobiliários	19.000,00	19.000,00	49.420,72	-3.215.697,0 -3.215.697,0 30.420,7 30.420,7 16.475.091,7 2.616.300,9 -6.000,0
Delegação de Serviços Públicos(Concessão, Permissão ou				;
Exploração de Recursos Naturais				
Exploração do Patrimônio Intangível				(
Cessão de Direitos				
Receita de Serviços				
Transferências Correntes	1.477.000,00	1.477.000,00	17.952.091,75	16.475.091,7
Transferências da União e de suas Entidades	1.471.000,00	1.471.000,00	4.087.300,94	2.616.300,9
Transferências dos Estados, Distrito Federal e suas Entidades	6.000,00	6.000,00		-6.000,0
Transferências dos Municípios e de suas Entidades				
Outras Receitas Correntes	1.000,00	1.000,00		-1.000,0
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.000,00	1.000,00		-1.000,0 -962.000,0
Demais Receitas Correntes				
Receitas de Capital (II)	962.000,00	962.000,00		-962.000,0
Operações de Crédito				
Operações de Crédito - Mercado Interno				
Operações de Crédito - Mercado Externo				
Alienação de Bens	6.000,00	6.000,00		6 000 0
Alienação de Bens Móveis	6.000,00	6.000,00		-6.000,0
Alienação de Bens Imóveis				-6.000,0
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital	956.000,00	956.000,00		
Transferências da União e de suas Entidades	952.000,00	952.000,00		-952.000,0
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e suas Entidades	4.000,00	4.000,00		-4.000,0
Transferências dos Municípios e de suas Entidades				
Outras Receitas de Capital				
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)				-952.000,0 -4.000,0
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	5.728.060,00	5.728.060,00	18.054.875,46	12.326.815,4

Nota 1) RECEITA CORRENTE: A previsão de arrecadação de receitas corrente da entidade para o exercício de 2023 foi de R\$ 4.766.060,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 18.054.875,46, o que representa um superávit de arrecadação corrente de R\$ 13.288.815,46 este *foi em decorrencia do Excesso de arrecadação consolidada do município decorrentes com relevância em Impostos, transferências contitucionais superavitárias durante o exercício de 2023, justificando a suplementação orçamentário sustentando o aporte financeiro para abertura de créditos extraorçamentários.*

Nota 2) RECEITA DE CAPITAL: A previsão de arrecadação de receitas de capital foi de R\$ 962.000,00. Foi arrecadado R\$ 0,00, o que representa um deficit de arrecadação de capital de R\$ -962.000,00.

Nota 3) TOTAL DAS RECEITAS: O total de receitas previstas para o exercício de 2022 conforme Lei Orçamentária Anual foi de R\$ 5.728.060,00, sendo arrecadado o valor de R\$ 18.054.875,46, o que gerou superavit de arrecadação de R\$ 12.326.815,46. Em virtude dos Excessos de arrecadação municípal oriundos de transferências contitucionais superavitárias durante o exercício de 2022 e mais arrecadação de repasses ao município de Convênios Estaduais e Federais nas referências aos exercícios de 2021/2022, demonstrando a clara necessidade de suporte financeiro para abertura de créditos extraorçamentários acobertada pela Lei Orçamentária para o Exercício.



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da em: Dotação m: (j) = (f - g) http
Despesas Correntes (IX)	21.948.000,00	23.727.653,02	23.719.188,24	23.719.188,24	22.248.105,28	8.464
Pessoal e Encargos Sociais	17.075.000,00	18.381.094,91	18.378.851,92	18.378.851,92	17.418.710,67	2.242ह
Juros e Encargos da Dívida						.tce.
Outras Despesas Correntes	4.873.000,00	5.346.558,11	5.340.336,32	5.340.336,32	4.829.394,61	6.221
Despesas de Capital (X)	238.000,00	104.246,98	103.414,72	103.414,72	103.414,72	832
Investimentos	238.000,00	104.246,98	103.414,72	103.414,72	103.414,72	832
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						validaDoc
Reserva de Contingência (XI)						Joc.s
SUBTOTAL DESPESAS (XII) = (IX + X + XI)	22.186.000,00	23.831.900,00	23.822.602,96	23.822.602,96	22.351.520,00	9.297

Nota 5) DESPESAS DE CAPITAL: As despesas de capital fixadas somam R\$ 238.000,00, atualizada pelos créditos termo se o valor de R\$ 104.246,98, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 103.414,72. As liquidações totalizaram R\$ 103.414,72, sendo pagos o montante de R\$ 103.414,72, restando de economia orçamentária de capital no valor de R\$ 832,26.

Nota 6) TOTAL DAS DESPESAS: A despesa total autorizada foi de R\$ 22.186.000,00, atualizando os créditos tem-se o valor de R\$ 23.831.900,00. O valor total empenhado foi de R\$ 23.822.602,96, o liquidado R\$ 23.822.602,96e o pago R\$ 22.351.520,00. A economia orçamentária foi de R\$ 9.297,04.

e)Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias em quadros complementares seguindo omodelo do Balanço Orçamentário aprovado pela STN:

Nota 7) RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIAS: A previsão de arrecadação de receitas intra- orçamentárias da entidade para o exercício de 2023 foi de R\$ 0,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 0,00, o que representa um superávit de arrecadação corrente de R\$ 0,00.

Nota 8) TOTAL DAS DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS: A despesa total autorizada foi de R\$ 3.226.000,00, atualizando os créditos tem-se o valor de R\$ 2.428.437,69. O valor total empenhado foi de R\$ 2.428.437,69, o liquidado R\$ 2.428.437,69 e o pago R\$ 2.265.903,99. A economia orçamentária foi de R\$ 0,00.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Despesas - Intra-Orçamentárias	3.226.000,00	2.428.437,69	2.428.437,69	2.428.437,69	2.265.903,99	
Despesas Correntes - Intra-Orçamentárias	3.226.000,00	2.428.437,69	2.428.437,69	2.428.437,69	2.265.903,99	
Pessoal e Encargos Sociais	3.226.000,00	2.428.437,69	2.428.437,69	2.428.437,69	2.265.903,99	
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes						
Despesas de Capital - Intra-Orçamentárias						
Investimentos						
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
Reserva de Contingência						
Reserva do RPPS						



D. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.

d.2. Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possamafetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não há o que registrar quanto a este demonstrativo

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJANDISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:
Saldo em 31/12/2022

Saldo em 31/12/2023

R\$ 0.00

R\$ 0.00 Documento Assinado Digitalmente por: LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE, JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS

DISTORIVEIST ANA 030 IMEDIATOTON NESTRIÇOES	ELGAIS OF CONTROLL CAMBIAL.
Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2023
R\$ 0,00	R\$ 0,00

INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DECAIXA:

SALDO EM 31/12/2022	SALDO EM 31/12/2023
0,00	0,00

F. AJUSTES DECORRENTES DE RETENÇÕES:

f.1. Ajustes decorrentes de retenções:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.



216/2023 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

g.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reserva de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagarsão evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e não processados liquidados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar não processados constando: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo, demonstra em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

> EDNALDO FABIANO DOS SANTOS SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DE PARANATAMA





BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

PRESTAÇÃO DE CONTAS GESTÃO Nº 216/2023 FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARANATAMA

Laise Leonel Pereira Lopes

Secretário de Assistência Social



FUMASP - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARANATAMA

PERNAMBUCO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO



Período de 01/01/2023 até 31/12/2023

Unidade Gestora A

	Official desicia Ac	ceg		
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Prevista Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	ocuments A cesse om 'ht a (cht S = 0
Receitas Correntes (I)	4.079.960,00	4.079.960,00	1.150.978,14	-2.928.981,8
mpostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.269.060,00	3.269.060,00	2.081,66	-3.26 6 .9 5 78,3
Impostos	3.269.060,00	3.269.060,00	2.081,66	-3.26 . [7 8,3
Taxas				gitalmente por: L質IZ F e.pe.gov.br/epp/倒ida
Contribuições				mer
Contribuições Sociais				talmente por: L钽IZ PACILO DE LIMA CAV器LGANTE, JGBEGALMIR PIMENTEL DE GOIS .pe.gov.br/epp/倒idaD跌.seam Código do do殿mento: 9343蛾5和bd17-4d73-a93c-a1d082c611c8
Contribuições Econômicas				or:
Receita Patrimonial	4.100,00	4.100,00	58.263,00	5 <u>ã</u> .1 6 3,0
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado				IZ P
Valores Mobiliários	4.100,00	4.100,00	58.263,00	5¥.1€3,0
Delegação de Serviços Públicos(Concessão, Permissão ou				LO :.seɛ
Exploração de Recursos Naturais				DE um (
Exploração do Patrimônio Intangível				C6d.
Cessão de Direitos				igo MA
Receita de Serviços				do c
Fransferências Correntes	804.800,00	804.800,00	1.090.633,48	285.883.4
Transferências da União e de suas Entidades	804.800,00	804.800,00	1.090.633,48	285.833.4
Transferências dos Estados, Distrito Federal e suas Entidades			,	nto:
Transferências dos Municípios e de suas Entidades				ΓΕ, 93.
Outras Receitas Correntes	2.000,00	2.000,00		
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	2.000,00	2.000,00		-25 0AO (
Demais Receitas Correntes	2.000,00	2.000,00		abdi AI
Receitas de Capital (II)				MI 7-4
Operações de Crédito				R P d73
Operações de Crédito - Mercado Interno				-a9;
Operações de Crédito - Mercado Externo				šc-a
Alienação de Bens				EL 1d0
Alienação de Bens Móveis				DE 82c
Alienação de Bens Imóveis				G0
Amortização de Empréstimos				68 IS
Fransferências de Capital				
Transferências da União e de suas Entidades				
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e suas Entidades				
Transferências dos Municípios e de suas Entidades				
Outras Receitas de Capital				
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	4.079.960,00	4.079.960,00	1.150.978,14	-2.928.981,8
Operações de Crédito / Refinanciamento (V)	4.070.000,00	4.070.000,00	1.100.070,14	2.020.001,0
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
	4 070 060 00	4 070 060 00	1 150 070 14	2 020 004 0
	4.079.960,00	4.079.960,00	1.150.978,14	-2.928.981,8
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)			1 510 404 40	1 510 404 4
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V) Déficit (VII) OTAL (VIII) = (VI + VII)	4.079.960,00	4.079.960,00	1.510.491,12 2.661.469,26	1.510.491,1 -1.418.490,7

Reabertura de Créditos Adicionais

LAISE LEONEL PEREIRA LOPES

LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE

ASSINATURA DO ORDENADOR DA DESPESA

ASSINATURA DO TESOUREIRO

ASSINATURA DO CONTADOR



FUMASP - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARANATAMA

PERNAMBUCO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO



Período de 01/01/2023 até 31/12/2023

Unidade	Gestora AS
---------	------------

		0				င္မ
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	cesso pa Saloto pa Dotação (j) =# 29)
Despesas Correntes (IX)	2.889.000,00	2.348.134,00	2.347.772,12	2.336.847,63	2.196.101,87	smado Digitalmente por: LUIZ PAULO E LIMA CAVALCANTE, JOSE A Sissado Digitalmente por: LUIZ PAULO E LIMA CAVALCANTE, JOSE A Sissado Digitalmento: 9343d858-b 3 - 1
Pessoal e Encargos Sociais	1.445.000,00	1.272.650,00	1.272.577,01	1.272.577,01	1.248.309,09	etce id7:
Juros e Encargos da Dívida						Digit .tce.
Outras Despesas Correntes	1.444.000,00	1.075.484,00	1.075.195,11	1.064.270,62	947.792,78	pe.g
Despesas de Capital (X)	89.000,00	313.700,00	313.697,14	313.697,14	313.697,14	ente ov.b
Investimentos	89.000,00	313.700,00	313.697,14	313.697,14	313.697,14	por: r/epp
Inversões Financeiras						LUI 9/val
Amortização da Dívida						Z P/ idaD
Reserva de Contingência (XI)						\UL)oc.s
SUBTOTAL DESPESAS (XII) = (IX + X + XI)	2.978.000,00	2.661.834,00	2.661.469,26	2.650.544,77	2.509.799,01	eam 96
mortização Dívida Refinanciamento (XIII)						Cód
Amortização da Dívida Interna						MA
Dívida Mobiliária						CA ³ do d
Outras Dívidas						VAL
Amortização da Dívida Externa						CAI nent
Dívida Mobiliária						0: 9:
Outras Dívidas						, JO: 43d
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIV)=	2.978.000,00	2.661.834,00	2.661.469,26	2.650.544,77	2.509.799,01	858-
Superávit (XV)	1.101.960,00	1.418.126,00				1.4 1 8. <u>1</u> 20
TOTAL(XVI) = (XIV + XV)	4.079.960,00	4.079.960,00	2.661.469,26	2.650.544,77	2.509.799,01	1.4 28. 990
						(PIMENTEL DÉ GÕIS 173-a93c-a1d082c611c8
Despesas - Intra-Orçamentárias	27.000,00	49.500,00	49.474,31	49.474,31	28.776,39	2c6:
Despesas Correntes - Intra-Orçamentárias	27.000,00	49.500,00	49.474,31	49.474,31	28.776,39	GÕis 611c8
Pessoal e Encargos Sociais	27.000,00	49.500,00	49.474,31	49.474,31	28.776,39	2
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes						
espesas de Capital - Intra-Orçamentárias						
Investimentos						
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						

LAISE LEONEL PEREIRA LOPES

Reserva de Contingência Reserva do RPPS

LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE

ASSINATURA DO ORDENADOR DA DESPESA

ASSINATURA DO TESOUREIRO

ASSINATURA DO CONTADOR

PRAÇA JOÃO CORREIA DE ASSIS, 4 - CENTRO - (87) 3787-1144 CEP 55.355-000 - PARANATAMA - PE - CNPJ 15.303.378/0001-31

www.tin.net.br Página 1 de

Apresentação



Apresenta	Contábeis Consolidadas do Município (DCON) contemplam a execução os Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas tanto nos Balanços e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil E-Pública, como nativas. Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações dos procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidado tes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASFIESTRUTURA Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público Receita de Transação sem Contraprestação Receita de Transação com Contraprestação Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes Estoques Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente Propriedade para Investimento Ativo Intangível Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa Consolidação das Demonstrações Contábeis Sistema de Informação de Custos do Setor Público tivos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplica o publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objeti	P
As Demonstrações	Contábeis Consolidadas do Município (DCON) contemplam a execução	e
a análisedos Orcamento	os Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas tanto nos Balanç	os
, Patrimonial Orcamentá:	rio e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxo	Ωs
de Cairra a das Martas≃a	a de Dataire â die Lieu ide Leutre idea de Cistama Contibil E Diblica anno a	
de Caixa e das Mutações	s do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil E-Pública, como n	as
espectivas Notas Explic	ativas. Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstraçõ	es
contábeis foram obedeci	idos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidad	de
CFC) através das seguint	tes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASF	P):
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	•
NBC TSP ESTRUTURA	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de	
CONCEITUAL	Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público	
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação	
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação	
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	
NBC TSP 04	Estoques	
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente	
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento	
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado	
NBC TSP 08	Ativo Intangível	
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa	
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa	
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis	
	Sistema de Informação de Custos do Setor Público	

Setor Público 9º Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo d consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do "Contas" Anuais" disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 - Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 - Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 10 – Contabilização de Consórcios Públicos; 11 - Contabilização de retenções; 12 - Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 13 - Contabilização de cessão de direitos creditórios; 14 - Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 15 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo X, XI, XII, XIII, XIV e XV da Resolução TCE-PE nº 216/2023, bem como foram criados "novos" demonstrativos exigidos pelo Anexo I como por exemplo: o demonstrativo da dívida flutuante (Anexo e o demonstrativo dos recursos vinculados a saúde e educação (Anexo XVIII), dentre outros.

Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de



A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes Balanço Orçamentário.

LAISE LEONEL PEREIRA LOPES

Secretária de Assistência Social

a) Informações Gerais:



Nome do órgão ou entidade:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARANATAMA

Natureza jurídica (conforme código da RFB):

124-4 - Município.

CNPJ 15.303.378/0001-31

Domicílio do órgão ou entidade:

PRAÇA JOÃO CORREIA DE ASSIS, 4 - CENTRO. CEP 55.355-000- PARANATAMA - PE

Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124- 4 "Município" possui como atividade principal "a administração pública geral". Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bero como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A população estimada pelo IBGE é de 11.608 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 0,6.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Estabalanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manua de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 9º Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação do nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração destacamos acontas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

Dados do gestor (Prefeito do Município):

Nome: JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS.

Cargo: Prefeito.

Período de gestão: 01/01/2023 a 31/12/2023

DADOS DO GESTORA DO FUNDO:

NOME: LAISE LEONEL PEREIRA LOPES

Dados do contador da Prefeitura e demais Fundos responsável pelos aspectos formais das

demonstrações contábeis, consolidação e elaboração das notas explicativas:

Nome: Luiz Paulo de Lima Cavalcante - CRC-PE 018.791-O - CPF: 007.915.494-88 - lplc.contabil@gmail.com

Dados do Controlador Geral do Município:

Nome: Victor Leonardo Resende Bezerra - CPF: 703.565.814-40 - RG: 8.874.088 -

victorleonardo1611@hotmail.com

Nome do Software de Contabilidade utilizado no município:

TIN – Tecnologia da informação em Nuvens : e-CONTP

Endereço eletrônico do Portal da Transparência:

http://www.paranatama.pe.gov.br/transparencia



B) RESUMO DAS POÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

- b.1. Resumo das políticas contábeis significativas: Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TC nº189/2022 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.
- **b.2. Resumo das políticas contábeis significativas:** Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao SetorPúblico (PCASP). A Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TC nº 189/2022 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente. b.2.Bases de mensuração utilizadas: Quanto ao sistema orçamentário de acordo com o art. 35 da Lei nº 4.320/65 e NBCASP será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas. Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:
- **b.2.1** O caixa e equivalente de caixa: Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo "F" de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.
- **b.2.2 Créditos a curto prazo:** Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.
- **b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo:** São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.
- **b.2.4 Estoques:** Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.
- **b.2.5** Ajuste para perdas dos créditos tributários: Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2022, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2022, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.
- **b.2.6 Imobilizado:** O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção



ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

- **b.2.7 Intangível:** Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidoscom essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.
- **b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão:** Os procedimentos pararegistro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.
- **b.2.9 Passivo circulante e não circulante:** As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.
- **b.2.10 Empréstimos e financiamentos:** Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observandose os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.
- **b.2.11 Provisões:** As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio dePrevidência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.
- **b.2.12** Apuração do resultado: No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.
- **b.3.Novas normas e políticas contábeis alteradas:** Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.
- **b.4.Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:** Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.



C) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEISATRAVÉS DAS REFERÊNCIASc.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

Nota 1) RECEITA CORRENTE: A previsão de arrecadação de receitas corrente da entidade para o exercício de 2023 foi R\$ 4.079.960,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 1.150.978,14, o que representa um superávit parecadação corrente de R\$ -2.928.981,86.

Nota 2) RECEITA DE CAPITAL: A previsão de arrecadação de receitas de capital foi de R\$ 0,00. Foi arrecadado R\$ 0,00 que representa um deficit de arrecadação de capital de R\$ 0,00 este

Nota 3) TOTAL DAS RECEITAS: O total de receitas previstas para o exercício de 2023 conforme Lei Orcamentária Andales.

que representa um deficit de arrecadação de capital de R\$ 0,00 este

Nota 3) TOTAL DAS RECEITAS: O total de receitas previstas para o exercício de 2023 conforme Lei Orçamentária Anglati

foi de R\$ 4.079.960,00, sendo arrecadado o valor de R\$ 1.150.978,14, o que gerou superavit de arrecadação de R\$ 2.928.981,86.

DECEITAG ODGANENTÁDIAG	Prevista	Previsão	Receitas	Saldo d = (c - b) -2.928.98138
RECEITAS ORÇAMENTARIAS	Inicial (a)	Atualizada (b)	Realizadas (c)	d = (c - b)
ceitas Correntes (I)	4.079.960,00	4.079.960,00	1.150.978,14	-2.928.981,86
npostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.269.060,00	3.269.060,00	2.081,66	
mpostos	3.269.060,00	3.269.060,00	2.081,66	4. JQSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS 74.30858-bd17-4d73-293c-aR082c611c8 54.163 54.163 54.163
axas				58-I
ontribuições				bd 1
contribuições Sociais				7-4.
contribuições Econômicas				d73
eceita Patrimonial	4.100,00	4.100,00	58.263,00	54.163 00
xploração do Patrimônio Imobiliário do Estado				3c-2
alores Mobiliários	4.100,00	4.100,00	58.263,00	54.163 0
elegação de Serviços Públicos(Concessão, Permissão ou)82c
xploração de Recursos Naturais				61
xploração do Patrimônio Intangível				1c8
cessão de Direitos				
eceita de Serviços				
ransferências Correntes	804.800,00	804.800,00	1.090.633,48	285.833,48
ransferências da União e de suas Entidades	804.800,00	804.800,00	1.090.633,48	285.833,48
ransferências dos Estados, Distrito Federal e suas Entidades				
ransferências dos Municípios e de suas Entidades				
utras Receitas Correntes	2.000,00	2.000,00		-2.000,00
ndenizações, Restituições e Ressarcimentos	2.000,00	2.000,00		-2.000,00
emais Receitas Correntes				
eceitas de Capital (II)				
perações de Crédito				
perações de Crédito - Mercado Interno				
perações de Crédito - Mercado Externo				
ienação de Bens				
lienação de Bens Móveis				
lienação de Bens Imóveis				
mortização de Empréstimos				
ransferências de Capital				
ransferências da União e de suas Entidades				
ransferências dos Estados e do Distrito Federal e suas Entidades				
ransferências dos Municípios e de suas Entidades				
utras Receitas de Capital				
ecursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)				
JBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	4.079.960,00	4.079.960,00	1.150.978,14	-2.928.981,86



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Despesas Correntes (IX)	2.889.000,00	2.348.134,00	2.347.772,12	2.336.847,63	2.196.101,87	361,88
Pessoal e Encargos Sociais	1.445.000,00	1.272.650,00	1.272.577,01	1.272.577,01	1.248.309,09	72,99
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	1.444.000,00	1.075.484,00	1.075.195,11	1.064.270,62	947.792,78	288,89
Despesas de Capital (X)	89.000,00	313.700,00	313.697,14	313.697,14	313.697,14	2,86
Investimentos	89.000,00	313.700,00	313.697,14	313.697,14	313.697,14	2,86
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
Reserva de Contingência (XI)						
SUBTOTAL DESPESAS (XII) = (IX + X + XI)	2.978.000,00	2.661.834,00	2.661.469,26	2.650.544,77	2.509.799,01	364,74

Nota 4) DESPESAS CORRENTES: As despesas correntes fixadas para o exercício de 2023 foram de R\$ 2.889.000,00, atualizada pelos créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 2.348.134,00, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 2.347.772,12. As liquidações totalizaram R\$ 2.336.847,63, sendo pagos o montante de R\$ 2.196.101,87, restando de economia orçamentária corrente no valor de R\$ 361,88.

Nota 5) DESPESAS DE CAPITAL: As despesas de capital fixadas somam R\$ 89.000,00, atualizada pelos créditos temse o valor de R\$ 313.700,00, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 313.697,14. As liquidações totalizaram R\$ 313.697,14, sendo pagos o montante de R\$ 313.697,14, restando de economia orçamentária de capital no valor de R\$ 2,86.

Nota 6) TOTAL DAS DESPESAS: A despesa total autorizada foi de R\$ = 2.978.000,00, atualizando os créditos tem-se o valor de R\$ 2.661.834,00. O valor total empenhado foi de R\$ 2.661.469,26, o liquidado R\$ 2.650.544,77 e o pago R\$ 2.509.799,01. A economia orçamentária foi de R\$ 364,74.

D. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Os ativos e passivos

contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.

- d.2.Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.
- d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possamafetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.



d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não há o que registrar quanto a este demonstrativo

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

<u> </u>				
Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2023			
R\$ 0,00	R\$ 0,00			

SALDO EM 31/12/2022	SALDO EM 31/12/2023		
0,00	0,00		

F. AJUSTES DECORRENTES DE RETENCÕES:

f.1. Ajustes decorrentes de retenções:

A.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não há o que registrar quanto a ste demonstrativo

| SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM ISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL: calcido em 31/12/2022 | Saldo em 31/12/2023 | Soldo em 31/12/2 As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas

G) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XI DA RESOLUÇÃO TCEPE Nº 216/2023 E

g.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa



por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reserva de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagar são evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e não processados liquidados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar não processados constando: os restos inscritos em exercícios

anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo, demonstra em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.



.2.Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias em quadros complementares seguindo o modelo do Balanço Orçamentário aprovado pela STN:

Nota 9) RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIAS: A previsão de arrecadação de receitas intra-orçamentárias da entidade para o exercício de 2023 foi de R\$ 0,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 0,00, o que representa um superávit de arrecadação corrente de R\$ 0,00.

Nota 10) DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (CORRENTES): As despesas correntes fixadas para o exercício de 2023 foram de R\$ 27.000,00, atualizada pelos créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 49.500,00, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 49.474,31. As liquidações totalizaram R\$ 49.474,31, sendo pagos o montante de R\$ 28.776,39, restando de economia orçamentária corrente no valor de R\$ 25,69

Despesas - Intra-Orçamentárias	27.000,00	49.500,00	49.474,31	49.474,31	28.776,39	25,69
Despesas Correntes - Intra-Orçamentárias	27.000,00	49.500,00	49.474,31	49.474,31	28.776,39	25,69
Pessoal e Encargos Sociais	27.000.00	49.500.00	49.474.31	49.474.31	28.776.39	25.69

Juros e Encargos da Dívida

Outras Despesas Correntes

Despesas de Capital - Intra-Orçamentárias

Investimentos

Inversões Financeiras

Amortização da Dívida

Reserva de Contingência

Reserva do RPPS

Nota 11) DESPESAS DE CAPITAL: As despesas de capital fixadas somam R\$ 0,00, atualizada pelos créditos tem-se o valor de R\$ 0,00, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 0,00. As liquidações totalizaram R\$ 0,00, sendo pagos o montante de R\$ 0,00, restando de economia orçamentária de capital no valor de R\$ 0,00.

Nota 12) TOTAL DAS DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS: A despesa total autorizada foi de R\$ 27.00,00, atualizada pelos créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 14.823,00, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 14.822,26. As liquidações totalizaram R\$ 14.822,26, sendo pagos o montante de R\$ 13.577,29, restando de economia orçamentária corrente no valor de R\$ 0,74.



I) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

AÇÃO	Adoção do Procedimento Contábeis Orçament	ários		
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃ O ATUAL
1	O orçamento foi elaborado seguindo as normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, observando todos os princípios orçamen- rios e a Lei Federal nº 4320/64. As receitas da Câmara são originadas das receitas orçamentárias doMunicípio, trasnferidas de recursos não vinculados e na forma de transferências para manutenção do poder legislativo.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
2	Classificaçao da Receita Orçamentária A receita orçamentária da Câmara é classificada como transferência financeir	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
3	A despesa está distribuída em Classificação Institucionbal, Classificação funcional e pela natureza, distribuido em Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Elemento de Despesa e modalidade de aplicação.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluíd
4	O sistema orçamentário está interligado com o sistema cibtábil, oferendo oportunidade para acompanhar a execução orçamentária através do sistema conrtábil.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluío
5	Adoção dos Procedimentos contábeis Orçamentários	Setor de Contabilidade	Imédiato	Concluída
	PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE I	II DO MCASP		<u>-</u>
AÇÃO	1. Recolhimento, mensuração e evidenciação dos demais créd ajustes pa		los respectivos enca	rgos, multas e
SUBAÇÃO	ojustos pa	REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃ O ATUAL
1	Preparação do sistema de infrmática utilizado pela Câmara para elaboração do Balanço Patrimonial evidênciando os créditos a receber	Setor de Contabilidade	Imédiato	Concluída
	O Balanço Patrimonial é apresentado segundo as			
2	orientações do MCAPS,com o Ativo e o Passivo distribuído em Ativo Circulante e Ativo não Circulante Passivo Circulante e Passivo não Circulante. Demonstrando, ainda o Ativo e Passsivo Financeiro e Permanente, segundo a Lei 4.320/64.	Setor de Contabilidade	Imédiato	Concluída
3	em Ativo Circulante e Ativo não Circulante Passivo Circulante e Passivo não Circulante. Demonstrando,	Contabilidade	Imédiato Imédiato	Concluída Concluída
	em Ativo Circulante e Ativo não Circulante Passivo Circulante e Passivo não Circulante. Demonstrando, ainda o Ativo e Passsivo Financeiro e Permanente, segundo a Lei 4.320/64. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de Créditos a	Contabilidade Setor de Contabilidade	Imédiato	
3	em Ativo Circulante e Ativo não Circulante Passivo Circulante e Passivo não Circulante. Demonstrando, ainda o Ativo e Passsivo Financeiro e Permanente, segundo a Lei 4.320/64. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de Créditos a receber	Contabilidade Setor de Contabilidade	Imédiato	Concluída
3 AÇÃO	em Ativo Circulante e Ativo não Circulante Passivo Circulante e Passivo não Circulante. Demonstrando, ainda o Ativo e Passsivo Financeiro e Permanente, segundo a Lei 4.320/64. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de Créditos a receber	Contabilidade Setor de Contabilidade e provisões por competênci	Imédiato a	Concluída SITUAÇÃ
3 AÇÃO SUBAÇÃO	em Ativo Circulante e Ativo não Circulante Passivo Circulante e Passivo não Circulante. Demonstrando, ainda o Ativo e Passsivo Financeiro e Permanente, segundo a Lei 4.320/64. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de Créditos a receber 2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e Reconhecimento e mensuração das obrigações com	Contabilidade Setor de Contabilidade e provisões por competênci REPONSÁVEL	Imédiato a PRAZO FINAL	Concluída SITUAÇÃ ATUAL
3 AÇÃO SUBAÇÃO	em Ativo Circulante e Ativo não Circulante Passivo Circulante e Passivo não Circulante. Demonstrando, ainda o Ativo e Passsivo Financeiro e Permanente, segundo a Lei 4.320/64. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de Créditos a receber 2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e Reconhecimento e mensuração das obrigações com Fornecedores Reconhecimento e mensuração das obrigações previdênciarias	Setor de Contabilidade e provisões por competênci REPONSÁVEL Setor de Contabilidade	Imédiato a PRAZO FINAL 31/12/2021	Concluída SITUAÇÃI ATUAL Concluída
3 AÇÃO SUBAÇÃO 1 2 3	em Ativo Circulante e Ativo não Circulante Passivo Circulante e Passivo não Circulante. Demonstrando, ainda o Ativo e Passsivo Financeiro e Permanente, segundo a Lei 4.320/64. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de Créditos a receber 2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e Reconhecimento e mensuração das obrigações com Fornecedores Reconhecimento e mensuração das obrigações previdênciarias por Competênc Sistema informatizado adequado à metodologia de registro	Setor de Contabilidade e provisões por competênci REPONSÁVEL Setor de Contabilidade Setor de Contabilidade Setor de Contabilidade	Imédiato a PRAZO FINAL 31/12/2021 31/12/2021 31/12/2021	SITUAÇÃI ATUAL Concluída Concluída Concluíd
3 AÇÃO SUBAÇÃO 1 2	em Ativo Circulante e Ativo não Circulante Passivo Circulante e Passivo não Circulante. Demonstrando, ainda o Ativo e Passsivo Financeiro e Permanente, segundo a Lei 4.320/64. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de Créditos a receber 2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e Reconhecimento e mensuração das obrigações com Fornecedores Reconhecimento e mensuração das obrigações previdênciarias por Competênc Sistema informatizado adequado à metodologia de registro de obrigações eprovisões por competência	Setor de Contabilidade e provisões por competênci REPONSÁVEL Setor de Contabilidade Setor de Contabilidade Setor de Contabilidade	Imédiato a PRAZO FINAL 31/12/2021 31/12/2021 31/12/2021	SITUAÇÃI ATUAL Concluída Concluída Concluíd

Documento Assinado Digitalmente por: LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE, JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 9343d858-bd17-4d73-a93c-a1d082c611c8



SUBAÇÃO		REPONSÁVEL PRAZO FINAL		SITUAÇÃO ATUAL	
1	Reconheciemnto e evidênciação dos bens móveis, avaliação e depreciação	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Conclúid a	
2	Reconheciemnto e evidênciação dos bens imóveis, avaliação e depreciação	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluíd a	
AÇÃO	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações 13º salário, férias, etc.).	por competência decorrent	es de benefícios a ei	mpregados (ex.:	
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL	
1	Obrigações e Provisões para o 13º salário Obrigações decorrentes do 13º salário, por conpetencia, devidas a servidores efetivos, comissionados e contratados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Concluída	
2	Obrigações e Provisões para férias Obrigações decorrentes de férias adquiridas, por conpetencia, devidas a servidores efetivos, comissionados e contratados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Concluída	
AÇÃO	REPONSÁVEL PRAZO FINAL SITUAÇÃO ATUAL				
SUBAÇÃO	PRODUTO	REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL	
1	Empenhamento da Despesa por competência	Secretaria da Câmara	Realizado	Concluída	
2	Processamento da Despesa por competência	Secretaria da Câmara Realizado		Concluída	
AÇÃO	7. Recolhimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			_	
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL	
1	Demais obrigações lançadas por competência	Secretaria da Câmara a ser definido		Concluída	
AÇÃO	8. Recolhimento, mensuração e evidenciação de software, marcas, patentes, licenças e redução ao valor recuperável.	congêneres, classificados como intai	ngíveis e eventuais amortiz	ação, reavaliação e	
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL	
1	Mensuração e evidenciação de bens intangíveis Adequação do sistema para reconhecimento e	Setor de Contabilidade	31/12/2022	Concluída	

PARANATAMA - PE , 31 de dezembro de 2022.

LAISE LEONEL PEREIRA LOPES SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARANATAMA

> LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE Contador

Documento Assinado Digitalmente por: LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE, JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 9343d858-bd17-4d73-a93c-a1d082c611c8